

CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE DO CONHECIMENTO A PARTIR DA OBRA *CRÍTICA DA RAZÃO PURA* DE IMMANUEL KANT E ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS

Enilson Souza Silva Júnior¹

Prof.º M.sc Suderlan Tozo Binda²

RESUMO

O presente artigo versa sobre as condições de possibilidade do conhecimento encontrada na obra *Crítica da Razão Pura* de Immanuel Kant, concentrando-se em dois momentos: estética transcendental, que está dentro da doutrina transcendental dos elementos, e a analítica transcendental abordada dentro da lógica transcendental. A reflexão acerca do tema é atrelada a algumas consequências derivadas de sua filosofia transcendental, que apontam para uma relação fenomênica entre sujeito e objeto. O problema apresentado nesta pesquisa nasce da seguinte pergunta: o que posso saber? Apresentada a problemática, tem-se o objetivo de fazer uma análise da *Crítica da Razão Pura* do filósofo Immanuel Kant, com vista a justificar a possibilidade do conhecimento científico do século XVIII. A pretensão é evidenciar de forma sucinta como se dá o conhecimento na relação sujeito e objeto, destacando algumas consequências derivadas de tal pensamento. Conclui-se que a filosofia crítica kantiana aponta para a possibilidade de conhecer o objeto apenas como fenômeno, além de seu princípio fundamental epistemológico *a priori*. A metodologia empregada para realização deste artigo foi bibliográfica, utilizando-se de obras como a *Crítica da Razão Pura* e comentadores que se debruçaram sobre esta temática. Ademais, com este estudo, aprendemos com Kant que o conhecimento não é um espelho da natureza e não se dá apenas pelo acúmulo de percepções ou observações; ele depende de certas condições *a priori* do intelecto.

Palavras-chave: Estética transcendental. Analítica Transcendental. Possibilidade. Conhecimento. Consequências.

ABSTRACT

This article deals with the conditions for the possibility of knowledge found in Immanuel Kant's Critique of Pure Reason, focusing on two moments: transcendental aesthetics, which is within the transcendental doctrine of elements, and the transcendental analytic approached within transcendental logic. The reflection on the theme is linked to some consequences derived from his transcendental philosophy, which point to a phenomenal relationship between subject and object. The problem presented in this research arises from the following question: what can I

¹Graduando do Curso de Filosofia Bacharelado do Centro Universitário Salesiano. E-mail: enilsonjunior@outlook.com.

²Graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1997), Pós-graduação em filosofia Clínica pela Faculdade Bagozzi (2002) e mestrado em Filosofia Sistemática pela Pontifícia Universitas Gregoriana - Roma - (2006). Atualmente é professor da UNISALES. Experiência na área de Filosofia, com ênfase em História da Filosofia e filosofia Sistemática. E-mail: suderlantbinda@gmail.com.

know? Once the problem has been presented, the aim is to analyze the Critique of Pure Reason by philosopher Immanuel Kant, with a view to justifying the possibility of scientific knowledge in the 18th century. The intention is to show in a succinct way how knowledge takes place in the relation between subject and object, highlighting some consequences derived from such thought. The conclusion is that Kantian critical philosophy points to the possibility of knowing the object only as a phenomenon, beyond its a priori epistemological fundamental principle. The methodology used for this article was bibliographic, using works such as the Critique of Pure Reason and commentators who have examined this theme. Moreover, with this study, we learn from Kant that knowledge is not a mirror of nature and is not given only by the accumulation of perceptions or observations; it depends on certain a priori conditions of the intellect.

Keywords: Transcendental Aesthetics. Transcendental Analytics. Possibility. Knowledge. Consequences.

1 INTRODUÇÃO

Immanuel Kant (1724 - 1804) reputado como um dos filósofos mais importantes da era moderna, nasceu em *Königsberg*, Prússia Oriental. Estudou no Colégio *Fridericianum* e na Universidade de *Königsberg*, na qual se tornou professor catedrático, levando uma vida serena como tantos outros filósofos professores alemães. “Não foi casado, não teve filhos e nunca saiu da sua cidade natal. Levou uma vida extremamente metódica; conta-se que os habitantes de sua cidade acertavam os seus relógios quando o viam sair para passear” (SILVERA, 2002, p. 29). Ao longo de sua vida, publicou inúmeras obras, das quais se destacaram as suas “críticas”, divididas em três: *Crítica da Razão Pura* (1781); *Crítica da Razão Prática* (1788); e a *Crítica do Juízo* (1790). Sua reflexão filosófica foi muito abrangente, pois "todo interesse de minha razão (tanto o especulativo quanto o prático) concentra-se nas três seguintes perguntas: 1. Que posso saber? 2. Que devo fazer? 3. Que me é dado esperar?" (KANT, 1988, p. 833, grifo do autor). O objetivo do presente artigo é apresentar, sucintamente, a resposta kantiana à primeira dessas três perguntas, evidenciando as condições de possibilidade do conhecimento à luz da obra *Crítica da Razão Pura*, bem como algumas consequências.

As publicações do chamado período crítico - parte mais importante da obra de Kant - somente aconteceram quando ele já tinha 57 anos. A sua teoria do conhecimento, ou, como se diria em termos atuais, a sua epistemologia aparece já na primeira obra crítica: *Crítica da Razão Pura* (1781). A problemática nasce de duas respostas antagônicas à questão da origem e da possibilidade do conhecimento, que perseveravam desde os antigos gregos: o racionalismo idealista e o empirismo. O racionalismo idealista baseia-se na teoria do conhecimento *a priori*. Teve como principais expoentes, o filósofo francês René Descartes e o alemão Baruch Spinoza.

Ambos tinham por escopo fundamentar o método dedutivo analítico, ou seja, o conhecimento que parte de princípios universais capaz de levar o homem ao progresso do saber e à descoberta da verdade. É o período que marca o início da modernidade, e a soberania da razão em relação a experiência externa ou sensível.

Contrapondo esta corrente de pensamento, vieram os filósofos ingleses que se mantiveram céticos quanto ao método dedutivo adotado pelos racionalistas idealistas, pois acreditavam “que não há nada no intelecto que não estivesse antes nos órgãos dos sentidos” (LOSEE, 1993, p. 108). John Locke e David Hume foram grandes contribuintes da corrente filosófica empirista. Tinham por objetivo apresentar um caminho seguro para o conhecimento por meio da experiência, valorizando a sensibilidade, pois através da percepção, os objetos se impõem ao sujeito. O conhecimento agora passa pela verificação, isto é, não existe verdades absolutas, mas, sim, verdades aproximadas, alcançadas pelo método indutivo.

O presente artigo se torna relevante e se justifica de modo primordial na esfera epistemológica, visto que pretende apresentar, sucintamente, a resposta kantiana quanto às condições de possibilidade do conhecimento, uma vez que, embora o conhecimento se fundamenta na experiência, ele nunca se dá de maneira neutra, dado que, segundo Kant, a ela são impostas as formas *a priori* da sensibilidade e do entendimento, características da cognição humana. Deste modo, apontaremos a reflexão kantiana que tem por objetivo mostrar que a dicotomia empirismo/racionalismo requer uma solução intermediária já que “pensamentos sem conteúdo são vazios; intuições sem conceitos são cegas” (KANT, 1987, p. 75).

Versa também algumas consequências ao qual falaremos em nosso trabalho. A primeira delas é que a intuição citada na estética transcendental, só permite ao sujeito atingir fenômenos, e não a coisa em si. Assim, ele quer dizer que, se a intuição que o sujeito possui do objeto tem um valor geral para todo sentido humano, ela nada lhe dá a conhecer da natureza dos objetos considerados em si mesmo. Tudo o que lhe é dado sempre será relativo a si mesmo. Outra consequência significativa abordada na filosofia kantiana é o seu princípio fundamental epistemológico, isto é, uma teoria intermediária capaz de superar a dicotomia empirismo/racionalismo: aquilo que ele chamou de juízos sintéticos *a priori*. Estes são necessários e universais como os juízos analíticos, mas efetivamente ampliam o conhecimento. Veremos que para fundamentar os juízos sintéticos *a priori* Kant utiliza-se dos juízos matemáticos.

O presente artigo parte de uma metodologia bibliográfica, com a “finalidade de colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto”

(LAKATOS; MARCONI, 1990, p. 43), e foi produzido a partir das correntes filosóficas, empirismo e racionalismo, compreendidas como fontes geradoras de conhecimento, e a importância delas na evolução e construção do homem. A temática kantiana aqui abordada não tem por objetivo ser uma doutrina ou razão absoluta, mas apenas uma solução quanto à origem do conhecimento, e algumas de suas consequências na realidade. Para isso, foi utilizada vasta bibliografia acerca do tema, com destaque para a obra *Crítica da Razão Pura*, de Immanuel Kant, assim como outros artigos de filósofos atuais que se dedicaram ao estudo da temática.

2 RACIONALISMO IDEALISTA ANALISTA

Entende-se por ideias inatas o método de análise das ideias que se baseia na teoria do conhecimento *a priori*, isto é, um conhecimento anterior à experiência. “É a posição epistemológica que vê no pensamento, na razão, a fonte principal do conhecimento” (HESSEN, 1987, p. 60). É o período que marca o início da modernidade, e a soberania da razão em relação à experiência externa ou sensível. “Em sentido estrito, o racionalismo é o conjunto das filosofias que sustentam que basta o pensamento puro, tanto para a ciência formal, como para a ciência fática” (BUNGE, 1986, p. 165).

2.1 RENÉ DESCARTES (1596 - 1650)

Considerado o fundador do racionalismo moderno, Descartes era convicto de que a razão por si só, era capaz de chegar ao conhecimento da realidade de princípios, instituídos de maneira independente da experiência, sendo necessário fazer uma retomada da teoria das ideias inatas, ora pensada por Platão. Em sua filosofia, por meio do exercício da dúvida, buscou chegar a uma verdade clara e distinta, utilizando-se de um método, dividido em quatro regras.

O primeiro era o de jamais acolher alguma coisa como sendo verdadeira que eu não conhecesse evidentemente como tal; [...] de nada incluir em meus juízos que não se apresentasse **tão clara e tão distintamente a meu espírito**, que eu não tivesse nenhuma ocasião de pô-lo em dúvida. **O segundo**, o de dividir cada uma das dificuldades que eu examinasse em tantas parcelas quantas possíveis e quantas necessárias fossem para melhor resolvê-las. **O terceiro**, o de conduzir por ordem meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir, pouco a pouco, como por degraus, até o conhecimento dos mais compostos. **E o último**, o de fazer em toda parte enumerações tão complexas e revisões tão gerais, que eu tivesse a certeza de nada omitir (DESCARTES, 1987, p.37-38, grifo nosso).

O objetivo de Descartes é fundamentar o método dedutivo analítico, que partindo de princípios universais, é o único capaz de levar o homem ao progresso do saber e à descoberta da verdade, uma vez que a experiência das coisas é falaz; ao passo que a dedução, isto é, a simples ilação

de uma coisa de outra pode certamente ser omitida, mas não pode ser malfeita pelo intelecto. Com a eficiência do método, Descartes conclui que o melhor caminho para estabelecer o valor do conhecimento é o da dúvida, em vista de chegar a uma verdade indubitável. Aplicando esse exercício, ele chega à conclusão de que é um ser pensante, e, se pensa, tem de existir.

E notando que esta verdade: eu penso, logo existo, era tão firme e tão certa que todas as mais extravagantes suposições dos céticos não seriam capazes de abalar, julguei que podia aceita-la, sem escrúpulo, como o primeiro princípio da filosofia que procurava (DESCARTES, 1987, p. 47).

Assim, eu posso duvidar de tudo, menos que existo, pois se duvido, eu penso, e se penso, logo existo. Com esse cogito, Descartes prova a existência do pensamento, isto é, da realidade pensante (*res cogitans*), e no princípio da filosofia moderna conclui que o sujeito possui três tipos de ideias, sendo elas: ideias adventícias, representadas pelas ideias que abroham por meio de informações obtidas pelos sentidos; ideias factícias, que tem origem na imaginação; E as ideias inatas, que independem da experiência e está *a priori* na mente do sujeito. Vale destacar que são das ideias inatas que derivam os juízos analíticos.

Fazendo este caminho, Descartes chega à ideia de perfeição, utilizando-se do método analítico-dedutivo, pois, se existem ideias *a priori* na mente do sujeito, ele tem de deduzir que exista um ser perfeito que dá ordem ao mundo. Essa conclusão acabou gerando uma supervalorização do poder da razão, e, em contrapartida, levando a uma desvalorização do conhecimento sensitivo. Kant, por sua vez, diz que estes juízos nada acrescentam ao sujeito, uma vez que se apresentam como um conhecimento óbvio.

2.2 BARUCH SPINOZA (1632 – 1677)

Spinoza foi um filósofo holandês, nascido em *Amsterdam* no ano de 1632. Assim como Descartes, dispunha de uma confiança decidida no método analítico-dedutivo. A sua filosofia contava com um caráter ético e matemático, e isso fica evidente em sua obra mais famosa, intitulada *Ethica ordine geometrico demonstrata*. No campo da ética tinha por objetivo chegar a um caminho que ensinasse a viver corretamente, e posteriormente alcançasse à felicidade; e, no campo matemático, acreditava que toda a realidade estava sujeita a rígidas regras matemáticas, isto é, tudo ordenado, afirmando que nada acontece por acaso.

Segundo ele, a substância é livre, pois não depende de nada além de si mesma e sua necessidade; é eterna, pois para ser substância ela tem de existir e age por necessidade. “Por *substância* (*substantia*) entendo aquilo que é em si e que é concebido por si, ou aquilo cujo conceito

(*conceptus*) não precisa de conceito de nenhuma outra coisa para ser formado” (SPINOZA, 1997, p.150). Dado isso, sua primeira preocupação é esclarecer a natureza de Deus e de suas relações com o mundo; para isso, ele parte do método analítico-dedutivo, uma vez que, para se dar a expressão científica, far-se-á necessário prosseguir dedutivamente, como na matemática, ou seja, é necessário partir do conceito de substância, mostrar que ela implica a existência, e, posteriormente, que dela derivam todas as ramificações do mundo.

Tudo o que existe, existe em Deus. O mundo deve, portanto, ser deduzido Dele. Mas o Deus de Espinoza é apenas causa racional produtora e conservadora de todas as coisas, segundo leis que o homem pode conhecer plenamente. “Toda filosofia que tenta explicar a Natureza apoiada na ideia de um Deus transcendente, voluntarioso e onipotente, não será filosofia, será apenas uma forma refinada de superstição” (SPINOZA, 1989, p. 12).

A superstição é uma paixão negativa nascida da imaginação que, impotente para compreender as leis necessárias do universo, oscila entre o medo dos males e a esperança dos bens. [...] a superstição cria uma casta de homens que se dizem intérpretes da vontade de Deus, capazes de officiar os cultos, profetizar eventos e invocar milagres. A superstição engendra, portanto, o poder religioso que domina a massa popular ignorante (SPINOZA, 1989, p. 11).

Para Spinoza o conhecimento sensitivo é inadequado, isso se dá porque na sua doutrina da origem das ideias; ele elaborou uma teoria que afirma não haver conhecimento falso ou verdadeiro, mas, sim, inadequado, uma vez que o conhecimento não pode ser uma imagem deformada da realidade. “Mas o conhecimento da razão e da intuição é sempre verdadeiro; e também adequado enquanto vê as coisas do ponto de vista da eternidade” (SPINOZA, 1997, p. 233). O conhecimento mais adequado, segundo Spinoza, é o intuitivo, já que capta as relações na ordem da substância.

3 RACIONALISMO EMPIRISTA SINTÉTICO

Os filósofos ingleses do século XVII se preocuparam vivamente com a problemática acerca do valor do conhecimento humano e do método mais apropriado para o seu desenvolvimento seguro. Descartes e Spinoza, considerados os dois maiores expoentes da filosofia continental no século XVII, eram fascinados pela matemática e pela geometria, e assim supervalorizaram o conhecimento abstrato e universal, assegurando que todo o entendimento humano era regulado pela razão. Descartes e Espinoza haviam excluídos desse processo a contribuição, ainda que mínima, das faculdades sensitivas, porque aceitá-la seria minar seriamente a solidez

do edifício científico filosófico. Com isso, acabaram postulando o inatismo como causa do conhecimento humano.

Os filósofos ingleses se mantiveram céticos quanto ao método dedutivo adotado pelos racionalistas, pois acreditavam que “não há nada no intelecto que não estivesse antes nos órgãos dos sentidos” (LOSEE, 1993, p. 108). Esta afirmação fundamenta o empirismo que consiste em: “concepção que fundamenta nosso conhecimento, ou o material com o qual ele é construído, na experiência através dos cinco sentidos” (HONDERICH, 1995, p. 226). Assim, os empiristas tinham por critério seguro para o conhecimento a experiência, valorizando a sensibilidade, pois, através da percepção os objetos se impõem ao sujeito.

O conhecimento agora passa pela verificação, isto é, não existe verdades absolutas, mas, sim, verdades aproximadas, alcançadas pelo método indutivo. “A indução constituía-se, segundo os empiristas, no método através do qual os enunciados universais, as leis, os princípios, as teorias científicas eram obtidos dos enunciados particulares” (SILVEIRA, 2002, p. 33). Entende-se por racionalismo empirista o conhecimento *a posteriori*, que deriva unicamente da experiência, isto é, através dos sentidos do sujeito.

3.1 JOHN LOCKE (1632-1704)

John Locke nasceu em *Wrington* – Inglaterra, no século XVII, dispunha de um demasiado interesse em estabelecer o valor do conhecimento, uma vez que a teoria do método analítico-dedutivo não explicava satisfatoriamente tal conceito. A sua obra de maior relevância é a “*Essay concerning human understanding*”, que traduzido significa: (Ensaio sobre o intelecto humano). Esta é uma obra dividida em quatro livros, que tratam respectivamente das ideias inatas, do processo do conhecimento, da linguagem e do valor do conhecimento.

No primeiro livro o objetivo de Locke é criticar a doutrina cartesiana das ideias inatas, chegando à conclusão de que o método adotado por Descartes contradiz a experiência, pois se houvesse ideias inatas, estas deveriam estar presente na mente das crianças e dos idiotas que vivem longe da civilização.

Em primeiro lugar, é evidente que não só todas as crianças, como os idiotas, não possuem delas a menor apreensão ou pensamento. Esta falha é suficiente para destruir o assentimento universal que deve ser necessariamente concomitante em todas as verdades inatas, parecendo-me quase uma contradição afirmar que há verdades impressas na alma que não são percebidas ou entendidas. [...] Se, portanto, as crianças e os idiotas possuem almas, possuem mentes, dotadas destas impressões, devem inevitavelmente percebê-las, e necessariamente conhecer e assentir com estas verdades; se, ao contrário não o fazem, tem-se como evidente que essas impressões

não existem. Se estas noções não estão impressas naturalmente, como podem ser inatas? (LOCKE, 1988, p.14).

No segundo livro, Locke se preocupa em investigar o processo cognitivo, sustentado pela tese de que, no momento do nascimento, a alma é uma tábula rasa, ou seja, não possui *a priori* nenhuma ideia. Para ele, o conhecimento começa com a experiência sensível, ou seja, pelo método indutivo e é condicionado por ela; e existem quatro fases do processo cognitivo: intuição, síntese, análise e comparação. “Para entender melhor a natureza, a maneira e a extensão de nosso conhecimento, deve ser cuidadosamente observado que algumas de nossas ideias são simples e outras complexas” (LOCKE, 1988, p.32).

À luz dessas afirmações de Locke, pode-se concluir que o homem elabora o conhecimento em fases. Primeiro, o sujeito tem a intuição empírica é captada pelos cinco sentidos (tato, ouvido, olfato, visão e paladar) e a partir disso possui as ideias simples, como por exemplo, do tato se tem a ideia de quente e frio; do ouvido, o som etc... Por uma síntese das ideias simples, o sujeito cria as ideias complexas, isto é, ao olhar a forma, sentir o gosto, o cheiro, se cria a ideia de maçã. Para Locke só é possível experimentar as ideias simples, que são particulares, pois estão ligadas a cada sentido, e por sua vez, cabe ao intelecto fazer uma síntese e criar as ideias complexas. Feito isso, o intelecto apreende as ideias complexas (abacaxi, maçã e jaca) faz uma análise e cria uma ideia de fruta. Logo após, com essa análise, surgem as ideias substanciais (vegetais, seres vivos).

O último grau de ideia são as ideias de relação, que é quando o sujeito faz uma comparação de causa e efeito, como por exemplo, quando se vê o fogo, conclui-se que haverá fumaça. Mas, em suma, o que o sujeito conhece de fato, de forma concreta, são as intuições empíricas, e todas as outras ideias são criadas pelo intelecto.

No terceiro livro Locke se preocupa em estudar a natureza e o valor da linguagem, as palavras são meras representações das ideias, e as ideias são sinais das coisas. Por fim, no quarto livro Locke destrincha sobre o valor do conhecimento, chegando à conclusão de que a mente humana não pode conhecer a essência das coisas, como os analíticos-dedutivos acreditavam, mas somente pela experiência.

3.2 DAVID HUME (1711-1776)

Um dos últimos empiristas, anteriores a Kant, foi o filósofo escocês David Hume, que, mesmo admitindo serem todas as ideias derivadas da experiência, negou uma solução positiva ao

problema da indução: "Qual é o fundamento de todas as conclusões a partir da experiência?" (HUME, 1985, p. 37) ou, como se justifica a passagem dos enunciados observacionais para os enunciados universais?

O princípio fundante de sua filosofia é o da imanência interpretado empiristicamente. À luz desse princípio, conclui-se que única fonte para um conhecimento seguro é a experiência, e o seu objeto não é coisa externa, mas sua representação. "Mesmo após observar frequentemente a constante conjunção de objetos, não temos razão para tirar qualquer inferência concernente a qualquer outro objeto que não aqueles com que tivemos experiência" (HUME apud POPPER, 1993, p 421).

Asseverando que a experiência é uma série de impressões e ideias, Hume transforma o empirismo em fenomenalismo, isto é, o pensamento só pode conhecer a si mesmo e nada fora de si. Hume busca, definitivamente, a ciência do homem em base de experiências; ele não estuda o ser (ontologia), mas sim, faz uma gnosiologia, ou seja, como o homem conhece e possibilita conhecer as coisas. Procura saber quais são os limites e faculdades do conhecimento, afirmando que o homem é uma tábula rasa, e que o sujeito não possui intuições para conhecer, sendo algo subjetivo. A passagem seguinte demonstra a impossibilidade de fundamentar as inferências indutivas:

Deve-se confessar que a inferência não é intuitiva e nem demonstrativa. Qual é a sua natureza então? Dizer que é experimental é uma petição de princípio, já que todas as inferências a partir da experiência supõem, como fundamento, que o futuro se assemelhará ao passado, e que poderes semelhantes estarão em conjunção com qualidades sensíveis semelhantes. Se há alguma suspeita de que o curso da natureza possa mudar, e de que o passado não possa estabelecer regras para o futuro, todas as experiências serão inúteis e não poderão dar origem a nenhuma inferência ou conclusão. Portanto, é impossível que argumentos procedentes da experiência possam provar esta semelhança entre o passado e o futuro já que estes argumentos estão baseados na suposição desta semelhança (HUME apud SWINBURNE, 1974, p. 19).

Na origem da relação de causa e efeito, Hume fundamenta que esta não pode ser conhecida *a priori*, isto é, pelo simples exame dos conceitos que ora estavam implicados na relação, mas apenas na experiência sensível – método indutivo. Posto isto, pode-se concluir que a relação de causalidade nasce da experiência.

Hume acredita ser sempre possível o contrário de um dado de fato. Se afirmarmos que amanhã o sol não surgirá, é inteligível, isto é, seu contrário é possível. E se afirmamos que amanhã o sol surgirá também é inteligível e seu contrário é possível. "Que o sol não se há de levantar amanhã, não é uma proposição menos inteligível e não implica maior contradição, do que a afirmação de que ele se levantará" (HUME, 1985, p. 32). Ambas não implicam uma necessidade lógica, e para poder afirmar que o sol surge, é mediante uma relação de causa e efeito, mas em

relação ao mundo real não é contraditório dizer que amanhã o fogo queimarão. Eu sei que queima, mas quem não tem uma experiência de se queimar com o fogo pode afirmar que não queimarão. *A priori*, eu não sei que o fogo queima, eu associo isso depois de um hábito, uma crença, que para o filósofo se dá mediante uma associação que é *a posteriori*.

Em suma para Hume, *a priori*, nenhuma afirmação futura é contraditória, fazendo com que a razão fique sempre à mercê da experiência, que Kant categoricamente chama de juízos sintéticos. Aquele, com o seu empirismo cético, “provara de maneira irrefutável que a razão é incapaz de pensar *a priori*, e por meio de conceitos, uma relação necessária, tal como é a conexão entre causa e efeito” (PASCAL, 2011, p.30). No seu período pré-crítico, Kant aderira ao racionalismo; foi lendo Hume que ele sentiu a necessidade de repensar a filosofia:

Confesso-o francamente, foi a advertência de David Hume que primeiramente interrompeu, há já muitos anos o meu sono dogmático e que deu uma orientação completamente diferente às minhas investigações no campo da filosofia especulativa (KANT apud SANTOS, 1981, p. 25).

A teoria do conhecimento de Kant foi consequência do seu esforço para salvar a ciência do ceticismo de Hume.

4 A TEORIA DO CONHECIMENTO KANTIANA E SUA FILOSOFIA TRANSCENDENTAL

Em sua obra intitulada *Crítica da Razão Pura*, Immanuel Kant busca investigar e estabelecer os limites da razão, isto é, ele analisa os seus componentes e suas capacidades. Já nas primeiras páginas de seu livro fica perceptível o caminho que ele irá percorrer.

Que todo o nosso conhecimento começa com a experiência, não há dúvida alguma, pois, do contrário, por meio do que a faculdade de conhecimento deveria ser despertada para o exercício senão através de objetos que tocam nossos sentidos e em parte produzem por si próprios representações, em parte põem em movimento a atividade do nosso entendimento para compará-las, conectá-las ou separá-las e, desse modo, assimilar a matéria bruta das impressões sensíveis a um conhecimento dos objetos que se chama experiência? Segundo o tempo, portanto, nenhum conhecimento em nós precede a experiência, e todo ele começa com ela (KANT, 1987 p. 25).

Mas supor que todo o conhecimento se regula unicamente pela experiência, isto é, *a posteriori*, inquieta Kant, pois como ele mesmo afirma: “Mas embora todo o nosso conhecimento comece com a experiência, nem por isso todo ele se origina justamente da experiência” (KANT, 1987, p. 25). Kant busca fundamentar a ideia de que apesar da origem do conhecimento ser a experiência (se alinhando aí com o empirismo), existem certas condições *a priori* para que as impressões sensíveis se convertam em conhecimento (fazendo assim uma concessão ao

racionalismo). “Portanto é preciso buscar na própria razão as regras e os limites de sua atividade, a fim de saber até que ponto podemos confiar na razão” (PASCAL, 2011, p. 33). Em outras palavras, a reflexão kantiana mostrou que a dicotomia empirismo/racionalismo requer uma solução intermediária, já que "pensamentos sem conteúdo são vazios; intuições sem conceitos são cegas" (KANT, 1987, p. 55).

A perspectiva que Kant procura determinar e analisar em sua crítica, ou melhor, as condições *a priori* de qualquer experiência, ele nomina transcendental. Essa é uma expressão que aparecerá com frequência ao longo do presente artigo, por isso, far-se-á necessário entender como o filósofo a compreende.

Denomino *transcendental* todo o conhecimento que em geral se ocupa não tanto com os objetos, mas com nosso modo de conhecimento de objetos na medida em que este deve ser possível a priori. Um sistema de tais conceitos denominar-se-ia *filosofia transcendental* (KANT, 1987, p. 35, grifo do autor).

O Idealismo Transcendental kantiano, ganha protagonismo em sua revolução copernicana, nome ao qual ele faz alusão ao matemático e astrônomo, Nicolau Copérnico³, que mudou a relação entre o sol e a terra, afirmando uma hipótese inversa de que a terra gira em torno do sol e não ao contrário, como acreditava Ptolomeu. Como sabemos, isso mudou completamente o nosso mundo, explicando inúmeros fenômenos naturais. Logo nas primeiras páginas do prefácio da segunda edição da *Crítica da Razão Pura*, Kant deixa explícito o que ele entende por revolução copernicana.

Até agora supôs que todo o nosso conhecimento tinha que se regular pelos objetos; porém, todas as tentativas de mediante conceitos estabelecer algo a priori sobre os mesmos, através do que nosso conhecimento seria ampliado, fracassaram sobre esta pressuposição (KANT, 1987, p 14).

À luz dessa pressuposição, Kant afirma que o nosso conhecimento não se deve regular pelos objetos, como acreditava Aristóteles, Hume e os empiristas. Não é o sujeito que se adapta às leis dos objetos, mas sim, o contrário, que é o objeto, quando conhecido, que se adapta às leis do sujeito que as recebe cognoscitivamente. Com essa mudança, ele transforma radicalmente o papel epistêmico do sujeito - em vez de ser passivo diante do conhecimento, o sujeito o constitui ativamente. Com a revolução de Kant há uma substituição da teoria do conhecimento, que antes era uma hipótese realista, isto é, admitia que a realidade nos é dada, quer ser de ordem sensível como afirmavam os empiristas, ou de ordem inteligível como acreditavam os racionalistas idealistas. Com o idealismo kantiano o espírito intervém ativamente na elaboração e construção

³ Nicolau Copérnico (1473-1543) foi um astrônomo, matemático, médico e religioso polonês. Desenvolveu a teoria heliocêntrica, na qual colocava o sol no centro do Sistema Solar. Explicou como ocorrem as estações.

do conhecimento, sendo “que das coisas conhecemos a priori só o que nós colocamos nelas” (KANT, 1987, p 15).

4.1 JUÍZOS SINTÉTICOS A PRIORI

Kant estava convicto de que o conhecimento não deveria se regular apenas pela experiência, como acreditavam os racionalistas empiristas, mas também não estava plenamente satisfeito com a teoria do conhecimento *a priori* dos filósofos racionalistas idealistas. Para isso, apresenta uma teoria intermediária: a que chamou de juízos sintéticos *a priori*. Um juízo expressa uma relação entre conceitos, isto é, atribui um predicado a um sujeito; por exemplo, "O carro possui quatro rodas". Os juízos podem ser analíticos ou sintéticos. “Juízos analíticos (os afirmativos) são, portanto, aqueles em que a conexão do predicado com o sujeito for pensada por identidade; aqueles, porém, em que a conexão for pensada sem identidade, devem denominar-se juízos/sintéticos” (KANT, 1987, p. 29).

Kant considera os juízos de experiências como sintéticos, ao passo que ele também considera um absurdo fundar um juízo analítico sobre a experiência. Ao afirmar que “todos os corpos são extensos”, já estou fazendo uma proposição *a priori* e não um juízo de experiência “Pois antes de recorrer à experiência, já possuo, no conceito, todas as condições para o meu juízo” (KANT, 1987, p 29). Assim, não preciso sair do conceito de corpo para encontrar a extensão. "Quando digo: todos os corpos são pesados, então o predicado é algo bem diverso daquilo que penso no mero conceito de um corpo em geral" (KANT, 1987, p. 29) e o juízo é sintético ou ampliativo, pois neste caso preciso sair do conceito de corpo para encontrar o peso. Vejamos a definição de juízos sintéticos segundo o filósofo Miguel Reale.

Os juízos *sintéticos*, ao contrário, são fundados na experiência, e como tais são *a posteriori*: o que o seu predicado expressa não está contido no conceito sujeito, mas representa algo que se acrescenta ao sujeito por via empírica. Se digo: “Esta gramática é de língua portuguesa”, afirmo algo que não se contém no simples conceito gramática, que podia ser do francês, de alemão etc. (REALE, 2002, p.15, grifo do autor).

Os juízos analíticos embora sejam importantes, para Kant estes não acrescentam nada, ou seja, eles não se constituem em um verdadeiro avanço do conhecimento, pois não dizem nada além daquilo que já está no conceito, sendo simplesmente um conhecimento tautológico. “Os princípios analíticos são, na verdade, altamente importantes e necessários, mas só / para chegar à clareza dos conceitos exigidos para uma síntese segura e vasta” (KANT, 1987, p. 30).

Dizem-se *analíticos* os juízos que são puramente formais: o predicado de tais juízos nada acrescenta ao sujeito; apenas torna explícito ou desenvolve rigorosamente o que

no sujeito já se contém. Assim, se digo: “o todo é maior que a parte”, estou predicando do “todo” o que evidentemente está implícito em seu conceito, sem necessidade de recorrer, para tanto, a qualquer dado da experiência” (REALE, 2002, p.15, grifo do autor).

Antes de sua revolução copernicana admitia-se existir apenas estes dois tipos de juízos, os analíticos *a priori* e os sintéticos *a posteriori*. Com Kant passou por admitir uma terceira classe: os juízos sintéticos *a priori*. Estes são necessários e universais como os juízos analíticos, mas efetivamente ampliam o conhecimento.

Ora segundo os neopositivistas os juízos analíticos são todos *tautológicos*, enquanto os sintéticos são todos necessariamente empíricos. [...] na filosofia de Kant põe-se uma pergunta essencial sobre a possibilidade de uma terceira espécie de juízos: os ‘juízos sintéticos *a priori*’. Entre os quais figuram os da Matemática (REALE, 2002, p.15, grifo do autor).

A primeira parte da *Crítica da Razão Pura*, tem por escopo estudar como são possíveis a matemática e a geometria, partindo da verificação de que ambas são constituídas por conhecimentos universais de caráter intuitivo. Para fundamentar esse pensamento, far-se-á necessário explicar a origem de tal universalidade e intuitividade. Elas nascem do fato de que a estrutura cognitiva do homem é dotada de duas formas *a priori*, possuidoras das características de universalidade e intuitividade, que para Kant são: as formas de espaço e tempo, sobrepostas a todos os conhecimentos da matemática e da geometria.

4.2 DOUTRINA TRANSCENDENTAL DOS ELEMENTOS

4.2.1 Estética transcendental

Nesta primeira parte do livro *A crítica da razão pura* (1781) Kant vai lidar com o lado sensível da cognição, entendendo a razão em um sentido mais amplo. Refere-se não apenas ao aspecto intelectual, (nossa capacidade de pensar com conceitos), mas também ao aspecto sensível (nossa capacidade de intuir objetos). A sensação é uma intuição, que consiste na percepção imediata do objeto como ele se apresenta, e dá-se do modo seguinte: fora do sujeito existe a coisa – o objeto, que estimula os sentidos. Por sua vez, os sentidos externos recebem estímulos sob a forma que Kant chama de espaço, de modo que toda a sensação externa aparece extensa. Concluiu, desse modo, que uma das formas da sensibilidade é o espaço, pois "mediante o sentido externo (uma propriedade da nossa mente) representamo-nos objetos fora de nós e todos juntos no espaço" (KANT, 1987, p. 37).

Os sentidos internos recebem os estímulos sob a forma de tempo, sendo que toda sensação ocupa um lugar no tempo. Para Kant a síntese dos dados sensoriais, isto é, fruto da matéria sob

a forma de espaço e tempo, tem como resultado o fenômeno. Vejamos o que ele entende por fenômeno: "O que as coisas em si possam ser, não o sei, nem necessito sabê-lo, porque uma coisa jamais pode aparecer-me de outro modo a não ser no fenômeno" (KANT, 1987, p. 165). Kant sustenta que a intuição sensitiva é a única forma de intuição da qual o homem é dotado, ou seja, a mente humana não está em contato com o objeto mediante o intelecto, mas sim pelos seus sentidos.

Aquilo que no fenômeno corresponde à sensação denomino sua matéria, aquilo, porém que faz que o múltiplo do fenômeno possa ser ordenado denomino sua *matéria*, aquilo, porém que faz o múltiplo do fenômeno possa ser ordenado em certas relações denomino a *forma* do fenômeno. Já aquilo unicamente no qual as sensações podem ser ordenar e ser postas em certa forma não pode, por sua vez ser sensação, então a de matéria de todo fenômeno nos é dada somente a posteriori, tendo, porém, a sua forma que estar toda a disposição a priori na mente e poder ser por isso considerada separada de toda sensação (KANT, 1987, p.39, grifo do autor).

Dessa forma percebe-se o fenômeno, isto é, a coisa em relação ao sujeito, centrada no sujeito, e não mais em si; a coisa em si não é cognoscível, mas é só pensável, isto é, *númeno*. A matéria nos chega *a posteriori*, mas a forma já reside *a priori* na mente. Assim, Kant não está interessado no lado material da intuição, mas em seu lado formal ou puro, isto é, aquela parte que ordena a matéria sem fazer parte dela. Mas em que consiste a forma da experiência sensível? Segundo Kant consiste em dois elementos: espaço e tempo. O espaço e o tempo não são determinações ontológicas, ou seja, são formas puras da intuição sensível. Sabe-se que o espaço é o modo de funcionamento dos sentidos externos.

1) O espaço não é um conceito empírico abstraído de experiências externas. Pois a representação de espaço já tem que estar subjacente para certas sensações se referirem a algo fora de mim (isto é, a algo num lugar do espaço diverso daquele em que me encontro), e igualmente para eu poder representá-las como fora de mim e uma ao lado da outra e por conseguinte não simplesmente como diferentes, mas como situadas em lugares diferentes. [...] 2) O espaço é uma representação a priori necessária que subjaz a todas as intuições externas. Jamais é possível fazer-se uma representação de que não haja espaço algum, embora se possa muito bem pensar que não se encontre objeto algum nele. Ele é, portanto, considerado a condição da possibilidade dos fenômenos e não uma determinação dependente destes (KANT, 1987, p. 41).

O tempo é outra forma pura da sensibilidade, sendo o modo de funcionamento dos sentidos internos.

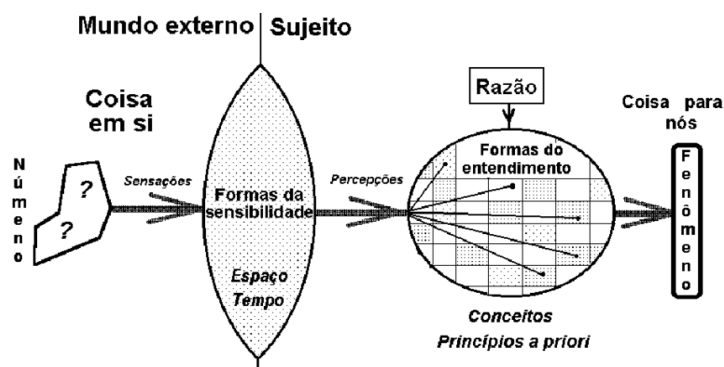
1) O tempo não é um conceito empírico abstraído de qualquer experiência. Com efeito, a simultaneidade ou a sucessão nem sequer se apresentaria à percepção se a representação do tempo não estivesse subjacente a priori. [...] 2) O tempo é uma representação necessária subjacente a todas intuições. Com respeito aos fenômenos em geral, não se pode suprimir o próprio tempo, não obstante se possa do tempo muito bem eliminar os fenômenos. O tempo é, portanto, dado a priori. Só nele é possível toda a realidade dos fenômenos (KANT, 1987, p. 44).

Kant afirmava que espaço e tempo não representavam propriedades das coisas em si, ou seja, não dependiam do mundo externo, mas eram o único modo como podíamos representar os

fenômenos, constituindo-se nas condições necessárias e universais de qualquer percepção possível, estando justificada assim a emissão de juízos sintéticos *a priori* sobre eles.

A figura a seguir deixa explícito, esquematicamente, como a coisa em si se tornava em a coisa para o sujeito, como o *númeno* incognoscível se transformava no fenômeno o objeto do conhecimento.

Figura 1 - Do número incognoscível para o fenômeno.



Fonte: Researchgate

Para estabelecer em que consistiam as formas *a priori* ou formas puras da sensibilidade, Kant propunha que se abstraísse de qualquer objeto tudo que lhe pertencesse pelas sensações de impenetrabilidade, cor, dureza, e tudo que pensava pelo entendimento, como a substância, peso etc.

Em sua tese, Kant revoluciona o *racionalismo*, ao demonstrar que o conhecimento *a priori*, próprio da razão pura, pode originar-se também da experiência, e isto porque a experiência envolve elementos que são intuições puras, *a priori*, e estas são principalmente as intuições de espaço e tempo. Dá um golpe letal no *realismo* ao olhar o mundo material como fruto da intuição sensível. Os objetos do mundo material são fundamentalmente incognoscíveis: do ponto de vista da razão eles servem meramente como a matéria prima da qual as sensações são formadas. Os objetos eles mesmos não têm existência, e o espaço e o tempo existem somente como partes da mente, como "intuições" pelas quais as percepções são medidas e julgadas (MELLO, 2013).

Desse modo, o sujeito experimenta as coisas no espaço e tempo, por meio da intuição sensível, mas cabe as categorias, que estão *a priori* na mente do sujeito, a capacidade de julgar objeto experimentado pela intuição no espaço e no tempo. Assunto esse que será tratado, a seguir, no que Kant chama de Lógica Transcendental.

4.3 LÓGICA TRANSCENDENTAL

4.3.1 Analítica transcendental

As condições sob as quais os julgamentos do sujeito podem expressar verdades sobre objetos é o tema geral da Lógica Transcendental, dividida em duas sessões: Analítica Transcendental, que trata do entendimento e dos conceitos, que está ligada à Estética Transcendental (juntas explicam as condições do conhecimento humano). E a segunda parte é a Dialética Transcendental, que trata não do entendimento, mas dá razão e de como seu uso puro, além das intuições, produz ilusões. No presente artigo será dada ênfase à primeira destas partes, isto é, estabelecer como o sujeito conhece o objeto.

Kant começa a analítica transcendental evidenciando a distinção entre sensação e juízo. Segundo ele, sensação e juízo são operações distintas, sendo que a primeira produz as intuições e, a segunda, conceitos. “Intuição e conceito constituem, pois, os elementos de todo o nosso conhecimento [...] conceitos sem uma intuição de certa maneira correspondente a eles nem intuição sem conceitos podem fornecer um conhecimento” (KANT, 1987, p. 55). Destarte, sem a sensibilidade nenhum objeto seria dado ao sujeito, ou seja, ele estaria ciente de uma multiplicidade de dados, mas não saberia o que estava vendo, o que equivaleria à cegueira, e, sem entendimento, nenhum objeto seria pensado, seria uma mera verdade analítica, como uma ilusão metafísica, como as da ideia de Deus ou imortalidade. Por isso Kant afirma que “pensamentos sem conteúdo são vazios; intuições sem conceitos são cegas” (KANT, 1987, p. 55).

Apesar da exigência recíproca de conceito e intuição para produzir conhecimento, eles não podem pôr-se em contato sem um intermediário, capaz de fazer uma ligação. Este papel segundo Kant, compete à imaginação ou fantasia, a qual inicia a unificação das intuições, que nosso filósofo chama de categorias.

As percepções constituíam-se em dados múltiplos e desordenados; a aplicação dos conceitos puros do entendimento, ou categorias, estruturava esses dados, impondo uma ordem inteligível. “[...] a espontaneidade do pensamento exige que tal múltiplo seja primeiro de certo modo perpassado, acolhido e ligado para que se faça disso um conhecimento (KANT, 1987, p. 102).

Assim, Kant propõe-se a provar como as ciências experimentais, e especialmente a física são possíveis, partindo do seguinte questionamento: “como é possível conhecer a priori que o campo da experiência, com todos os seus acontecimentos presentes e futuros, está submetido a uma necessária conformidade com a lei?” (KANT, 1987, p. 17). Ou seja, como são possíveis as leis da natureza, e da física?

Para Kant, estas só são possíveis se é o sujeito que as dita, mas não a natureza como é em si, mas a natureza como aparece, isto é, fenomênica. Como sempre, Kant está interessado no lado

a priori do que está considerando. Com as intuições, ele não olhou para as intuições empíricas, ou seja, com os dados sensoriais que vêm de fora, mas com as intuições puras ou *a priori*, com o que o sujeito contribui. Intuições puras, como fora visto no presente artigo, são espaço e tempo. A mesma coisa acontece com a compreensão e os conceitos. Ele não está interessado em conceitos empíricos, ou seja, aqueles que se produz generalizando objetos particulares, mas conceitos puros ou *a priori*. Da mesma forma que o aspecto *a priori* da sensibilidade está presente em toda intuição, ou seja, todo objeto intuído está no espaço e no tempo, o aspecto *a priori* do entendimento, conceitos puros, deveria ser necessário para todo conhecimento ou julgamento sobre os objetos.

É assim que Kant fundamenta as categorias, que possuem a faculdade de julgar o que a sensibilidade experimentou no espaço e tempo. As categorias relacionadas por Kant estavam reunidas em quatro grupos: da quantidade, da qualidade, da relação e da modalidade.

A aplicação de tais categorias permitia dar significado às percepções. Havia ainda a possibilidade de obter conceitos derivados. "Ligadas aos modos da sensibilidade pura ou entre si, as categorias fornecem uma grande porção de conceitos *a priori* derivados (KANT, 1987, p. 108).

Para Kant, atividade do intelecto não consiste em intuir, mas em refletir e julgar. Julgamento esse que acontece com as categorias, que estão *a priori* na mente humana, e não mais no objeto como acreditava Aristóteles. Como "o entendimento em geral pode ser representado como uma faculdade de julgar" (KANT, 1987, p. 94, grifo do autor), isto é, de emitir juízos, de estabelecer relações entre representações, os conceitos constituíam-se nos predicados de juízos possíveis. Para chegar a conceitos puros, Kant revisa todas as formas lógicas ou puras de julgamento, tendo como base a lógica aristotélica, pois, entre a Grécia Antiga e a de Kant, a lógica não havia mudado substancialmente. O que Kant aprendeu com Aristóteles é que todo julgamento expressa uma quantidade, uma qualidade, uma relação e uma modalidade. Mas as categorias de Kant, se diferem das de Aristóteles, no que diz respeito aos elementos⁴.

⁴ No sistema aristotélico, as categorias servem de fundamento ao conhecimento das coisas. Elas são os princípios básicos que tornam o conhecimento possível, partindo de uma perspectiva que concebe o mundo como um todo integrado de causas e efeitos, em que as coisas e as suas propriedades essenciais, seus estados, processos e relações podem e devem ser reveladas pelo trabalho intelectual. Desta perspectiva, utilizar as categorias é identificar unidades básicas de sentido. Já as categorias kantianas possuem duas características básicas. Em primeiro lugar, elas se aplicam unicamente na relação sujeito-objeto, da qual o resultado é o conhecimento dos fenômenos, isto é, do que está de acordo com a capacidade do entendimento humano. Em segundo lugar, elas são as determinações objetivas desta relação e, desse modo, aplicam-se a qualquer ser humano. Assim, conclui-se que, Aristóteles concebe seus princípios fundamentais para expressarem os modos do ser, ao passo que Kant os relaciona como modos do pensar.

Os itens são os mesmos: quantidade, qualidade, relação e modalidade (Q, Q, R e M). O que mudou são os nomes dos elementos, mas eles se referem à mesma ideia. Por exemplo, no julgamento: “Algumas corujas são cinzas”, a quantidade expressa é uma pluralidade (algumas corujas); a qualidade que se expressa não se refere ao predicado cinza, mas ao fato de afirmar uma realidade, que algo é o caso (são cinzas), em vez de negar ou limitar; a relação que se expressa é de inerência ou subsistência, neste caso cor cinza é inerente a algumas corujas; e a modalidade que se expressa é a existência, ou seja, o que o julgamento afirma não é uma possibilidade ou uma necessidade, mas um fato factual. As categorias para Kant são leis da mente, que são modos de funcionamento do pensamento, ou seja, categorias ou conceitos puros não são conteúdos, mas forma organizadora. Diferente de Aristóteles que dizia que as categorias estão no mundo, Kant afirma que elas estão no sujeito, e por isso há uma dedução da categoria, uma vez que ela está *a priori* no intelecto. Cada categoria para Kant age segundo um princípio próprio, e não são produtos da experiência, mas condições *a priori* de qualquer experiência. E, divergindo de Hume, sustenta que as categorias e os princípios não são resultados de um hábito produzido pela experiência.

Estou bem longe de afirmar que estes conceitos são produzidos pela experiência e que a necessidade que os caracteriza é apenas imaginária, uma pura ilusão produzida pelo hábito. Ao contrário, demonstrei amplamente que eles têm origem *a priori*, isto é, antes de qualquer experiência, e que tem valor objetivo, embora somente dentro dos limites da experiência (KANT apud MONDIN, 1981, p. 181).

Kant quer assim dizer que, muito embora as categorias têm origem *a priori*, estas possuem valor objetivo, ou melhor, são elas que dão valor objetivo ao conhecimento, acompanhando sempre como condições universalizantes. “Com efeito, então as categorias se referem necessariamente *a priori* a objetos da experiência, porque só mediante elas pode chegar a ser pensado um objeto qualquer da experiência” (KANT, 1987, p.78). Desta forma, as categorias e os princípios podem-se aplicar somente a fenômenos e não às coisas em si, e as categorias em si mesmas, não constituem conhecimento; consideradas em si mesmas, são formas vazias e incapazes de oferecer conceitos de qualquer objeto. A função delas “consiste em determinar juízos empíricos, que, de outro modo, permaneceriam indeterminados [...] e conferir-lhes validade universal” (KANT apud MONDIN, 1981, p.181). Em outras palavras, cabe as categorias julgar o que a sensibilidade experimentou no espaço e no tempo, produzindo assim conhecimento.

Em suma, o conhecimento para Kant se dá da seguinte forma: na doutrina transcendental dos elementos, ele afirma que o sujeito possui as intuições sensíveis, que são captadas no espaço e no tempo (estas são condições *a priori* do sujeito). Na analítica transcendental, ele estuda o intelecto do sujeito, isto é, o entendimento e conceitos, que tem a capacidade de julgar (nunca

intuir) o que a sensibilidade experimentou. Isso se dá mediante a conceitos do entendimento (Q, Q, R e M). Mediante uma ligação entre o que os sentidos captaram no espaço e tempo, julgado pelas categorias que estão *a priori* no intelecto, há o conhecimento para Kant. Por isso é correto afirmar que, o intelecto, sem a ajuda da sensibilidade, é vazio; e a sensibilidade, sem a ajuda do intelecto, é cega. O conhecimento só ocorre mediante a junção dos dois.

Vale a pena frisar que o conhecimento para Kant é fenomênico, ou seja, o objeto em si (*númeno*) o sujeito não tem capacidade de conhecer, mas apenas de modo fenomênico, isto é, como ele se apresenta para o sujeito. Ao longo da *Crítica da Razão Pura*, Immanuel Kant trabalhou outros conceitos, tais como o “eu penso” e o “esquematismo”. Muito embora sejam temas importantes que revolucionaram a ciência, não são relevantes para este artigo, uma vez que a proposta no presente trabalho, é trabalhar apenas as condições de possibilidade do conhecimento, na relação sujeito e objeto.

5. ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS DO PENSAMENTO KANTIANO

A *Crítica da Razão Pura* de Immanuel Kant possui algumas consequências importantes. A primeira delas é que a intuição, citada na estética transcendental, só permite ao sujeito atingir fenômenos, e não as coisas em si. Ele fundamenta esta ideia apresentando as formas *a priori* do espírito, enquanto faculdade do conhecimento. “Por formas *a priori* devem entender-se os quadros universais e necessários através dos quais o espírito humano percebe o mundo; são como tantos outros óculos sem os quais nada conseguimos ver” (PASCAL, 1997, p. 41). Desse modo, Kant sustenta que o conhecimento não se deve regular pelos objetos, mas pelo próprio sujeito, com sua razão.

O filósofo revoluciona a ciência, ao afirmar que as coisas que se percebe por meio da intuição não são, em si mesmas, assim como o sujeito percebe, pois, se prescindir-se de sua constituição subjetiva, todas as propriedades temporais e espaciais dos objetos desapareceriam juntamente com o próprio tempo e espaço. Desse modo, o sujeito, ao colocar uma lente vermelha a frente dos olhos, veria todas as coisas como se fossem vermelhas e, no entanto, seria um equívoco afirmar que o mundo inteiro é vermelho. As coisas em si mesmas não seriam vermelhas, mas apenas para aquele com as lentes.

Ao sustentar a tese de que o conhecimento é fenomênico, ele quer assim dizer que, se a intuição que o sujeito possui do objeto tem um valor geral para todo sentido humano, ela nada lhe dá a

conhecer da natureza dos objetos considerados em si mesmo. Tudo o que lhe é dado sempre será relativo a si mesmo.

Todas essas coisas enquanto fenômeno não podem existir em si mesmas, mas somente em nós. O que há com os objetos em si e separados de toda esta receptividade da nossa sensibilidade, permanecemos inteiramente desconhecido. Não conhecemos senão o nosso modo de percebê-los, o qual nos é peculiar e não tem que concernir necessariamente a todo ente, mas sim a todo homem. Temos a ver unicamente com esse modo de percepção. Espaço e tempo são as / suas formas puras, sensação em geral a matéria (KANT, 1987, p. 49).

Isso firma a premissa kantiana, de que todo o progresso da experiência jamais permitiria o sujeito sair dos limites da experiência. Assim, o conhecimento adquirido dos fenômenos pode até evoluir, mas em tempo algum o sujeito, com sua capacidade cognitiva, vencerá a distância que separa o seu saber daquilo que as coisas são em si mesmas.

O entendimento é constitutivo, quer dizer: os seus conceitos dão forma a experiência; a razão é reguladora, quer dizer: as suas ideias orientam a marcha do pensamento para o absoluto, mas não lhe permitem atingi-lo. (PASCAL, 1977, p. 43).

Destarte, Kant evidencia que entre o sensível e o inteligível há uma diferença de natureza, e não de grau. O sujeito não passa de um para o outro à medida que se vai aprofundando o conhecimento, como afirmavam Leibniz e Wolff. “A filosofia de Leibniz e Wolff indicou, por conseguinte, um ponto de vista incorretos sobre a natureza e a origem dos nossos conhecimentos na medida que considerou meramente lógica a diferença entre sensibilidade e o intelecto” (KANT, 1987, p. 50). Para Kant o inteligível puro é inacessível ao sujeito, pois nenhuma coisa em si é dada, mas tão somente fenômeno.

Pela sensibilidade o nosso conhecimento da natureza não é apenas indistinto, mas nulo. No momento em que abstraímos de nossa constituição subjetiva, o objeto representado e as propriedades que lhe atribuía a intuição sensível, já não se encontram, nem podem encontrar-se em parte alguma, visto ser justamente essa constituição subjetiva que determina a forma de tal objeto com fenômeno (KANT, 1987, p. 50).

Todavia, importa ter claro o que Kant quer dizer com a palavra “fenômeno” a fim de evitar mal entendidos. Ao afirmar que o sujeito conhece as coisas assim como se apresenta, e não como são em si mesmas, não é dizer que as coisas que se conhecem sejam meras aparências.

Com efeito, no fenômeno os objetos, até mesmo as propriedades que, lhes atribuímos, são sempre considerados algo realmente dado, com a ressalva de que, na medida que o objeto dado mantém com ele, este objeto como *fenômeno* é distinguido de si mesmo como objeto *em si* (KANT, 1987, p. 53).

Desse modo, fica evidente que o fenômeno para Kant não é uma mera aparência ou ilusão, mas sim, uma realidade. Realidade essa que deve ser procurada na relação do objeto com o sujeito, e não no próprio objeto. “O fenômeno é aquilo que de modo algum pode encontrar-se no objeto em si mesmo, mas sempre na sua relação com o sujeito” (KANT, 1987, p. 53 nota).

Em Kant, o mundo está dividido em fenomênico e *númeno*. Desde Xenófanés (570 a.C.) – filósofo grego pré-socrático, se dizia que o mundo humano e natural se manifestava com ordem e finalidade. E aquilo que se manifesta com ordem e finalidade não pode ser fruto do acaso, uma vez que, “o ver, o ouvir, o pensar, assim como a onipotente força que tudo faz vibrar, são atribuídos a Deus, em dimensão cosmológica, e não em dimensão humana” (REALE, 2017, p. 46). Xenófanés determinou por primeiro o ser absoluto afirmando que O todo é um. Em seguida afirmou que Deus está implantado em todas as coisas, que ele é supra-sensível, imutável, sem começo, meio e fim, imóvel. Em alguns de seus escritos afirma Xenófanés: “Um Deus é o maior entre os deuses e os homens, e não é comparável aos mortais, nem quanto à figura nem quanto ao espírito. [...] Ele vê em toda parte, pensa em toda parte e ouve em qualquer lugar” (XENÓFANES apud HEGEL, 1989, p. 41).

Esta visão transcendente e cosmológica do Ser ganha ainda mais notoriedade na idade medieval com os filósofos da patrística e escolástica. São Tomás de Aquino – máximo entre os escolásticos, trabalhou a metafísica do ser, ou seja, ele pretendeu oferecer um fundamento do saber mais profundo que os das essências, fundamento que liga a realidade e a própria possibilidade das essências. Iluminado pela filosofia de Aristóteles e a ideia de motor imóvel, formula 5 vias para provar a existência de Deus, na tentativa de sustentar o pensamento metafísico. A primeira via é o motor imóvel, ou seja, Deus é aquele para onde todas as coisas se voltam, Ele dá o movimento às coisas sem precisar que algo O mova. A segunda via fala das causas segundas as causas primeiras, Deus é a causa primeira das causas segundas. A terceira via parte do contingente ao necessário, ou seja, Deus, por ser a suma perfeição e imutável, não precisa dos outros, basta a si mesmo, já o homem necessita de Deus. A quarta via fala dos graus de perfeição, pois se existem as coisas, estas são graus de Deus, que é perfeito, os demais são apenas meras representações que buscam a perfeição. A quinta via é a finalidade, pois tudo que existe tende a um *telos*, isto é, a um fim.

Segundo o nosso ver, Kant contradiz este pensamento. Para ele a ordem e a finalidade é o próprio homem, e não mais o absoluto, como afirmava Tomás de Aquino e os idealistas. Com Kant surge uma nova forma de enxergar o mundo, isto é, de modo fenomênico, caracterizando-se por uma filosofia transcendental. Para o filósofo, um conhecimento é transcendental quando concerne *a priori* os objetos, ou como ele mesmo diz na introdução da segunda edição da *Crítica da Razão Pura*: “Denomino transcendental todo o conhecimento que em geral se ocupa não tanto com os objetos, mas com nosso modo de conhecimento de objetos na medida em que este deve ser possível *a priori*” (KANT, 1987, p. 35, grifo do autor).

Assim, fica explícito que o termo transcendental se opõe ao empírico. Desse modo, o princípio de causalidade é transcendental, porque concerne ao conhecimento que o sujeito possui das coisas enquanto este depende, não das próprias coisas, mas da sua maneira de conhecê-las. Com essa afirmação pode-se confundir o termo transcendental com transcendente, pois designa algo que está para além de toda experiência. Todavia importa não confundir os termos. “Um princípio transcendental, com efeito, não admite outro uso que não seja o imanente, quer dizer, referente aos objetos da experiência. [...] Um princípio transcendente, ao contrário, pretende ultrapassar o domínio da experiência” (PASCAL, 1977, p. 43). O transcendental é determinante em relação à experiência, contudo não é determinado por ela. “Neste sentido, o termo transcendental é inteiramente característico da filosofia kantiana, que é precisamente um esforço para descobrir no pensamento os elementos constitutivos da experiência, dos meios de captar a ordem do real” (PASCAL, 1977, p. 44).

São Tomás de Aquino ao trabalhar a metafísica do Ser e ao formular as 5 vias da prova da existência de Deus, chega ao transcendente, enxergando o homem em sua totalidade como dependente deste ser absoluto. Etimologicamente falando, o significado de transcendente é aquilo que está para além do sujeito. Deus é um ser perfeito e os demais são meras representações que buscam atingir esta perfeição. Já Kant, ao escrever a *Crítica da Razão Pura* e introduzir a sua revolução copernicana chega aos transcendentais, que em outras palavras significa as condições de possibilidade do próprio sujeito, sem que exista algo fora, um ser Absoluto que dê ordem e finalidade ao mundo. Com a sua filosofia transcendental Kant deixa claro que “A razão só discerne o que ela mesmo produz segundo seu projeto” (KANT, 1987, p.13). Ou seja, do mundo o sujeito só conhece o que ele mesmo coloca nele, se caracterizando assim por um idealismo gnosiológico, ou seja, não concerne senão o conhecimento que o sujeito detém das coisas, e não à sua existência ou à sua natureza.

Outra consequência significativa da filosofia kantiana é o princípio fundamental epistemológico. Ao afirmar que tudo o que vem da experiência tem valor puramente empírico, parece falso e contrário ao testemunho imediato da consciência, que atribui aos conceitos tirados da experiência valor universal. Para explicar a universalidade do conhecimento, Kant elaborou a doutrina dos juízos sintéticos *a priori*, refutando a doutrina Aristotélica da abstração, uma vez que esta somente explica como os conceitos abstraídos da experiência têm valor não só empírico, mas também universal. Contrário à isto, Kant em vez de entender a universalização dos conceitos como eliminação dos elementos particulares, ele a entendeu como imposição de uma forma universal aos elementos empíricos, particulares. No segundo capítulo do presente

artigo, foi apresentado os juízos sintéticos *a priori*, que são necessários e universais como os juízos analíticos, mas efetivamente ampliam o conhecimento. Para fundamentar os juízos sintéticos *a priori*, Kant utiliza os juízos matemáticos, afirmando que estes efetivamente progridem, ao contrário do saber metafísico. Ou seja, enquanto a doutrina aristotélica preserva a objetividade do conhecimento, a de Kant conduz à subjetividade do conhecer; isso se dá por causa da sobreposição do sujeito ao objeto. Essa concepção da atividade cognitiva conduz à absorção do ser no pensamento, à resolução do saber metafísico na gnosiologia, abrindo assim o caminho para o idealismo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como fora exposto no início do presente artigo, a epistemologia de Kant na obra *Crítica da Razão Pura* tinha por objetivo justificar o conhecimento científico de sua época, uma vez que tanto a teoria apresentada pelos filósofos racionalistas idealistas, quanto a teoria apresentada pelos racionalistas empiristas não explicavam satisfatoriamente a origem e possibilidade do conhecimento. Em sua filosofia transcendental buscou fundamentar a origem do conhecimento sob a premissa de que a dicotomia empirismo/racionalismo requer uma solução intermediária já que "pensamentos sem conteúdo são vazios; intuições sem conceitos são cegas" (KANT, 1987, p. 75).

No presente artigo, também ficou evidente o Idealismo Transcendental kantiano, que ganha protagonismo em sua revolução copernicana, nome ao qual ele faz alusão ao matemático e astrônomo Nicolau Copérnico. Com essa teoria Kant revoluciona a ciência afirmando que o conhecimento não se deve regular pelos objetos como acreditava Aristóteles e os empiristas, ou seja, não é o sujeito que conhece, descobre as leis e os objetos, mas sim, o contrário, que é o objeto, quando conhecido, que se adapta às leis do sujeito que as recebe cognoscitivamente.

Desse modo, buscou-se apresentar, à luz da *Crítica da Razão Pura*, como Kant chega à teoria do conhecimento fenomênico, isto é, expressou-se sua ideia central de que ao sujeito cabe conhecer as coisas somente de modo fenomênico, e não a coisa em Si. Vale destacar que o objetivo do artigo não foi o de apresentar uma doutrina, ou uma forma absoluta de produção do conhecimento, mas apenas manifestar uma teoria que teve como objetivo justificar a possibilidade do conhecimento científico do século XVIII. Tanto que, posteriormente a Kant, a corrente filosófica, conhecida como idealismo alemão, apresentou outras teorias significativas quanto à origem e possibilidade do conhecimento. Um membro dessa corrente foi Hegel, que

apresentou o movimento dialético. Ele afirma que o sujeito possui *a priori* uma pequena teoria chamada de certeza sensível (tese), o objeto se apresenta ao sujeito e nega esta pequena teoria (antítese) e à medida que ele vai se relacionando com este objeto, vai criando novas teorias (síntese). Em suma, esse movimento dialético para Hegel permite ao sujeito, à medida que vai se relacionando com o objeto, ter uma ideia amadurecida dele, podendo assim chegar à coisa em Si, que para Kant é impossível.

Apesar de tudo isso, com essas novas teorias, o idealismo transcendental continua a ser reconhecido como uma página brilhante da filosofia, não apenas pelas soluções que propôs, como também pelos problemas gerados e caminhos apontados. Como fora dito anteriormente, a filosofia transcendental se ocupou de outras questões, porém, aqui, nos detivemos superficialmente apenas na primeira delas: O que posso saber? E algumas de suas consequências.

Uma lição inolvidável de Kant é que o sujeito vê o mundo através de suas lentes cognitivas. As lentes não são exatamente como Kant as imaginou e, certamente não são iguais para todos, dependendo também do meio social que se vive. Entretanto, ele deixa claro que o conhecimento não é um espelho da natureza e não se dá apenas pelo acúmulo de percepções ou observações; ele depende de certas condições *a priori* do intelecto.

REFERÊNCIAS

BUNGE, M. *Intuición y razón*. Madrid, ES: Tecnos, 1986.

DESCARTES, R. **Discurso do método** – Os pensadores. 4. ed. São Paulo, Nova Cultura, 1987.

ESPINOSA, B. **Pensamentos metafísicos** – Os Pensadores. 4. ed. São Paulo, Nova Cultura, 1989.

_____. **Pensamentos metafísicos** – Os Pensadores. São Paulo, Nova Cultura, 1997.

HEGEL, G. Crítica moderna. In: **Os pré-socráticos**. Fragmentos, doxografia e comentários. 4. ed. São Paulo: Nova cultura, 1989. p. 40-44.

HESSEN, J. **Teoria do conhecimento**. Coimbra: Arménio Amado, 1987.

HONDERICH, T. (ed.) *The Oxford companion to Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

HUME, D. **Investigação sobre o entendimento humano**. Lisboa: Ed. 70, 1985.

KANT, I. **A crítica da razão pura** – Os pensadores 3. ed. São Paulo, Nova Cultura, 1987.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1990.

LOCKE, J. **Ensaio acerca do entendimento humano** – Os pensadores 4. ed. São Paulo, Nova Cultura, 1988.

LOSEE, J. **A historical introduction to the Philosophy of Science**. Oxford: Oxford University Press, 1993.

MELLO, A. **A gnosiologia kantiana**. 2013. Disponível em:
<<https://www.webartigos.com/artigos/o-pensamento-de-emmanuel-kant/112199>>. Acesso em: 13 set. 2022.

MONDIN, B. **Curso de filosofia**. 5. ed. São Paulo, Paulinas, 1981.

PASCAL, G. **Compreender Kant**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. **O pensamento de Kant**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

POPPER, K. R. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo, Cultrix, 1993.

REALE, M. **Introdução à filosofia**. 4. ed. São Paulo, Saraiva, 2002.

SANTOS, M. H. V. **Kant Marx Freud Bachelard Piaget**. Porto: Porto, 1981.

SILVEIRA, F. L. **A filosofia da ciência de Karl Popper: o racionalismo crítico**. Caderno Catarinense de Ensino de Física, Florianópolis, v.13, n.3: p.197-218, dez. 1996.

SWINBURNE, R. **La justificación del razonamiento inductivo**. Madrid: Alianza, 1974.